

PLANOS PARA O FUTURO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO CCS/UFPB PARA O PERÍODO DA APOSENTADORIA

Pamela Daniel Machado Nascimento¹; Orientadora: Andreza Aparecida Polia²

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – pamelaonly@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – andrezapolia@gmail.com

Resumo: O presente estudo é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional e teve por objetivo conhecer a perspectiva ocupacional para a aposentadoria dos professores universitários do Centro de Ciências da Saúde (CCS) do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. O estudo se baseou na teoria de que os seres humanos são seres ocupacionais e as ocupações escolhidas pelas pessoas dependem da motivação que possuem diante delas. Dentre as ocupações existentes temos o trabalho, uma atividade remunerada e com significados pessoais variados. Tratou-se de um estudo de natureza exploratório-descritiva aplicado com 11 professores universitários do CCS a partir de uma entrevista semi-estruturada elaborada de acordo com os objetivos da pesquisa. Foi realizada em abril e maio de 2017 e posteriormente analisadas segundo a técnica da Análise de conteúdo de Bardin. Foi detectado que existem três principais formas de como os professores se percebem dentro do planejamento da aposentadoria: para alguns o planejamento se deu devido ao receio da aprovação da Proposta da Reforma Previdenciária do atual governo; para uns existe uma relutância de visualizar suas vidas para além do papel ocupacional desempenhado na universidade e para outros a aposentadoria aparece como um processo natural da vida. A partir dos resultados verifica-se que o planejamento requer uma adaptação do indivíduo quanto a importância da fase da aposentadoria e que os fatores que os impedem de experimentar esse momento sejam revistos e trabalhados para que ganhos sejam percebidos como mais gratificantes que as perdas.

Palavras-chave: Aposentadoria; Professores Universitários; Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Consoante com Yerxa et al (1990), a ciência ocupacional estuda a forma como os indivíduos se percebem ou se identificam por meio de suas próprias ocupações. Esses autores definem que ocupações são atividades diárias, definidas pela cultura e que acontecem dentro de um período de tempo.

Kielhofner et al (1991) afirmam que os seres humanos são seres ocupacionais e quando entregues ao ócio adoecem pela falta de uma ocupação significativa. Ferrari (1991) complementa que é a partir da ocupação humana que o homem explora, interage, influencia o meio ambiente e por ele é influenciado. Kielhofner et al (1991) acrescentam ainda que o homem é um sistema aberto, sendo assim, ele está em constante mutação e adaptação que acontecem devido as complexas interações e alterações intra e extra ambientes.

Ferrari (1991) apresenta a teoria sobre o Modelo de Ocupação Humana descrita por Kielhofner que é formada por três subsistemas com finalidades

diferentes. Neste presente trabalho nos ateremos apenas ao subsistema da vontade que “[...] é o nível mais alto que guia as escolhas de ação a partir dos motivos pessoais, objetivos e interesse.” (FERRARI, 1991, p. 216). Sendo assim a motivação humana é um importante mas não o único definidor das escolhas ocupacionais.

“A motivação é a área da ciência psicológica que estuda os fatores que energizam, ou estimulam o comportamento. [...] como ele é iniciado, dirigido e sustentado.” (GAZZANIGA e HEATHERTON, 2005, p. 280). Esses mesmos autores comentam sobre a motivação intrínseca, referindo-se ao prazer que está relacionado à ocupação ou à atividade. É a partir desta motivação que as pessoas decidem realizar atividades mesmo que aparentemente não lhes tragam benefício material, mas pessoal.

Ao longo do dia as pessoas possuem demandas que precisam ser executadas, como trabalhar, se alimentar, estudar, se higienizar, dormir, descansar, dentre outras. Essas atividades são chamadas de hábitos que de acordo com Barrett e Kielhofner (2010) são comportamentos que são repetidos todos os dias e ao longo do tempo, atividades rotineiras quase automáticas utilizadas para demandas específicas como sobrevivência, manutenção da vida, atividades produtivas que geram renda, dentre outras.

No entanto, “[...] não é suficiente ter habilidades ocupacionais básicas. Essas habilidades devem ser organizadas em padrões de comportamento que permitam que uma pessoa preencha as expectativas ambientais e atinja o equilíbrio.” (BARRETT e KIELHOFNER, 2010, p. 490). Esse equilíbrio está dentro de uma relação harmônica nas atividades ocupacionais básicas, como por exemplo, o trabalho e as atividades restauradoras de lazer e descanso.

Para Barrett e Kielhofner (2010) os dotes pessoais, valores e interesses se inter-relacionam e são fatores fundamentais para as escolhas das atividades e ocupações que os indivíduos desejam executar em algum momento de suas vidas. Tendo em mente que atividades e ocupações, são respectivamente “escolhas diárias de ação” e “[...] escolhas relacionadas com as ocupações que vão se tornar uma extensão ou uma parte permanente de suas vidas” (BARRETT e KIELHOFNER, 2010, p. 491).

Sendo o trabalho a ocupação que perdura por mais tempo no cotidiano do adulto, e por isso, de um grande investimento da vida da pessoa é necessário que este compreenda a necessidade de um planejamento para o período posterior ao do trabalho, a aposentadoria, já que como em todo processo de permuta é preciso de adaptação mental e física para que o

trabalhador se visualize como aposentado. É importante se pensar que lugar vai ser preenchido no lugar do trabalho.

Nesse contexto França e Soares (2009) apresentam que a expectativa de vida tem aumentado, sendo atualmente de 73 anos de idade, com isso população idosa tem chegado a mais de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Netto (2006) afirma sobre as dificuldades de se estabelecer o início da fase da velhice, apesar de ser inerente a todos os seres vivos animais. Essa dificuldade se dá pela ausência de um marcador biológico entre a adultez e a velhice, portanto, o que marca a transição da maturidade para o envelhecimento são fatores socioeconômicos e legais. No Brasil essa idade limite entre as fases é de 60 anos e vai até os 100 anos ou mais.

De acordo com uma visão biogerontológica

“[...] o envelhecimento é conceituado por um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por leva-lo à morte.” (NETTO, 2006, p. 10)

As alterações biológicas, quanto à mobilidade e o desempenho físico alteram variando individualmente. Dependem de fatores como a alimentação, atividades físicas, vida social, trabalho exercido anteriormente e família. Consoante com o pensamento de Uchôa (2003) as alterações da velhice, desde as físicas às psicológicas podem corroborar para um desequilíbrio na vida do idoso, e por consequência, a perda de sua autonomia, vida social, psicológica e da possibilidade de trabalhar.

Por esses fatores supracitados e outros, alguns adultos pensam sobre a ocupação que desejam exercer durante a velhice. De acordo Rodrigues e Rauth (2006) a saída da atividade profissional requer um condicionamento físico e mental, pois para alguns, significa uma exclusão do mundo produtivo e o início da inutilidade.

A aposentadoria é um direito social instituído para assegurar as necessidades básicas, para manutenção da vida e segurança dos idosos a qual se caracteriza como uma invenção social moderna, inaugurada na Alemanha no mesmo período da implantação do Estado de Bem-Estar Social (Pacheco e Carlos, 2006). No Brasil houve várias mudanças na concepção da aposentadoria até tornar o que se entende hoje.

Com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã foi adotado um princípio mais amplo de amparo ao cidadão, denominado Seguridade Social. A Seguridade Social é composta pelo tripé previdência, saúde e assistência social.

Deixam de ser meras atividades e programas para serem tratadas como Políticas Públicas [...]. (PACHECO e CARLOS, 2006, p. 1388)

No entanto, existe um dilema descrito por Rodrigues e Rauth (2006), já que alguns vivem esse momento como um tempo de liberdade e a oportunidade de se engajar em atividades que os dias de labuta no trabalho não deixaram, enquanto outros pensam nele como uma desvalorização social, sem sentido e vazia. Estar de um lado ou outro dessa perspectiva depende do bem-estar e das condições de trabalho que cada pessoa viveu, se foi de realização de tarefas repetitivas e fatigantes ou de realização profissional.

Nesse contexto, qual é o papel do professor universitário? Compreende muitos afazeres verificados nas publicações de Rodríguez (1991); e de Campos (2011) que faz um resumo da obra de Masetto (2003) sobre as competências pedagógicas do professor universitário, a saber: precisa acompanhar a tendência do mundo moderno com suas tecnologias, estar em formação continuada, buscar novas informações acerca dos temas que aborda em sala, se adaptar ao novo, ter criatividade, autonomia, iniciativa, desenvolver pesquisa e/ou extensão, entre outros.

Sendo assim, esse professor acadêmico começa a construir sua rotina, suas escolhas de investimento financeiro em crescimento/aprofundamento de conhecimento da área a qual leciona e o seu círculo de amizade começa a ser os próprios colegas de trabalho, o que torna por vezes, suas principais experiências sociais instaladas no campus universitário.

Essa maneira de construir sua vida corrobora para o pensamento de Pacheco e Carlos (2006) que diz em relação às escolhas futuras das pessoas em relação ao que fazer na sua aposentadoria.

Os aposentados, sem terem consciência do que se passa socialmente com eles, sem terem tido oportunidades de se preparar para se dedicar a outras atividades, sem o trabalho a que se dedicaram durante longos anos de suas vidas, quase sempre desenvolvem sintomas depressivos e face das dificuldades de refazer seus projetos de vida de uma maneira produtiva e socialmente útil. Com a auto-estima diminuída, tendem a debitar a si mesmos esse seu momento social como fracasso pessoal e não conseguem entender o que esse é um processo socialmente produzido. (PACHECO e CARLOS, 2006, p. 1391).

Este estudo teve por objetivo conhecer a perspectiva ocupacional para a aposentadoria dos professores universitários do Centro de Ciências da Saúde do Campus I da Universidade Federal da Paraíba tendo como base identificar como os professores universitários percebem e

se preparam para a transição das atividades laborais para a aposentadoria.

METODOLOGIA

Foi realizado estudo exploratório-descritivo de cunho qualitativo, que é o tipo de estudo em que é “frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, aí situe sua interpretação dos fenômenos estudados” (NEVES, 1996, p. 1).

Vale ressaltar que este estudo é um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, e, portanto, foi feita apenas a análise de uma categoria para este estudo.

A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição universitária pública, mais precisamente no Centro de Ciências da Saúde (CCS) do campus I – João Pessoa –, da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa foi feita com 1 (um) professor de cada departamento do CCS. Apesar da existência de 12 (doze) departamentos apenas 11 (onze) professores participaram da pesquisa. Os critérios de inclusão foram que os participantes estivessem dentro da faixa etária selecionada de 50 a 59 anos, não estivessem aposentados no cargo de professor e assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido já que o projeto dessa pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética do CCS.

A informação sobre a idade de cada professor foi cedida pelos departamentos nos quais os professores se encontravam cadastrados. Após identificados, um professor foi selecionado de forma aleatória e foi contatado para agendar o dia, horário e local que fosse mais confortável para o ele. Os professores que aceitaram foram entrevistados com um instrumento de coleta semiestruturado construído de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para calibrar o instrumento de coleta de dados foi aplicada uma entrevista piloto com um professor da Universidade Federal da Paraíba da mesma faixa etária (50 a 59 anos), sendo que de outro Centro.

As entrevistas foram gravadas e as narrativas dos participantes foram transcritas e analisadas através do método de análise de conteúdo de Bardin (2011).

Os professores foram identificados pela letra P (generalização de professor) e por um número aleatório o que garante a privacidade dos entrevistados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A categoria a ser analisada tem a finalidade de compreender como os professores universitários se percebem diante do planejamento da aposentadoria.

Para alguns professores o planejamento da aposentadoria se deu por causa da Proposta da Reforma Previdenciária do atual governo.

Eu pretendo logo! (risos) Eu to pensando já nisso, acho que no mês que vem, quem sabe? [...] Na verdade eu nem construí isso [aposentadoria] não, eu não tava nem pensando, mas... devido a mudança nesse país eu comecei a pensar e seriamente pensando né. (P6)

Por mim, 80.. (risos)... não, sinceramente, por mim, por meus planos... queria me aposentar com 65 anos... 68 anos... 70...mas, na atual conjuntura acho que vou me aposentar bem antes. (P3)

Até hoje de manhã...(risos)... eu queria trabalhar mais uns três anos...então tipo com 62.. 63... mas tão falando que vou precisar de mais tempo... se eu quiser ter aposentadoria integral... coisa que pra mim sempre foi importante... [...]sempre foi nessa aposta de que...de que... após a aposentadoria eu conseguiria manter o padrão... parece que mudou isso... então... o que na verdade eu penso em fazer é reduzir carga de trabalho ainda na ativa...e... cortar algumas atividades... tipo hierarquizar e cortar mesmo. (P8)

Como docente, eu tô com nove anos agora, então... diante desse governo aí, já não sei... talvez eu vá morrer ensinando. (P9)

Devido a essa instabilidade da votação da Proposta da Reforma Previdenciária os professores começaram a se sentir receosos. Essa nova proposta retira a liberdade de escolha de se aposentar no período desejado, a contar da idade em que a aposentadoria é garantida de direito, atualmente as mulheres a partir do 55 anos de idade e 30 anos de contribuição e para os homens, 60 anos de idades e 35 anos de contribuição e ter cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. (BRASIL, 1998).

A proposta redireciona a aposentadoria voluntária para a idade de 65 anos e 25 anos de contribuição desde que contribuído dez anos de exercício efetivo no cargo público e cinco anos na função em que se dará a aposentadoria. Além disso, “pela nova regra, o valor do benefício passa a ser de 51% mais um ponto percentual para cada ano de contribuição, incidentes sobre a média das remunerações de contribuição.” (BRASIL, 2016, p. 08), ou seja, será necessário 49 anos de contribuição para que o trabalhador consiga receber o benefício de 100% do valor do salário.

Poderão participar da regra da transição para aposentadoria voluntária os homens que tiverem 50 anos ou mais de idade e mulheres a partir de 45 anos ou mais de idade na data de promulgação da Emenda se se enquadrarem nos seguintes requisitos. (BRASIL, 2016)

Tabela 1 – Regra de Transição de Aposentadoria (Proposta)

	HOMENS	MULHERES
Idade mínima	60*	55*
Tempo mínimo de contribuição	35	30
Tempo nos serviço público	20	20
Tempo no cargo	05	05

PEDÁGIO = Contar com um tempo adicional de contribuição equivalente a 50% do tempo que na data de promulgação da emenda faltava para atingir o tempo mínimo de contribuição.

(*) Quem ingressou em cargo efetivo até 16 de dezembro de 1998 poderá optar pela redução da idade mínima em 1 (um) dia de idade para cada dia de contribuição que exceder o tempo mínimo de contribuição.

FONTE: BRASIL (2016)

A partir da tabela acima é possível interpretar que será possível que um trabalhador do sexo masculino se aposente aos 50 anos de idade pela regra da transição se tiver contribuído com no mínimo 45 anos de serviço. Outra questão a ser observada é se, por exemplo, um homem tenha 25 anos de tempo de contribuição terá que trabalhar mais 15 anos (os 10 anos que lhe faltava para completar o tempo mínimo de serviço mais 5 anos referente aos 50% do pedágio que equivale a metade do tempo que faltava). (BRASIL, 2016).

Diante dos dados expostos acima é possível compreender porque este fator da Proposta da Emenda Constitucional nº 287/2016 tem alterado a perspectiva da aposentadoria para alguns dos professores entrevistados. A insegurança do que esperar e o medo de tomar uma decisão e se arrepender futuramente dentro das perspectivas econômico-políticas do atual ano colocam os professores numa linha tênue do que eles desejam e do que é necessário.

Alguns professores, apesar de entenderem que a aposentadoria é uma etapa da vida assim como a fase produtiva, relutam a sua proximidade inevitável. Eles não conseguem vislumbrar suas vidas sem a rotina da docência. Geralmente esses professores são aqueles que dedicaram a maior parte da vida à universidade e desenvolveram poucas atividades fora deste ambiente.

[...] eu não tinha pensado nisso há um tempo, e só agora que eu venho pensando... então não tenho ideia... eu na verdade assim... achava que não ia me aposentar nunca... até porque eu acho que não ia viver tanto (risos)... então eu achei que ia morrer trabalhando... coisa assim... não era uma coisa que tava no meu plano...(P₁)

Acho que doloroso... eu sempre... eu não consigo muito pensar... em acordar de manhã e não ter o que fazer... né... e não ter uma rotina... e não ter responsabilidade... e não ter coisas que eu preciso dar conta... então eu... é nesse sentido que eu to falando, que agora eu começo a pensar que eu preciso me preparar... preciso pensar em outras alternativas... preciso pensar... no que vou fazer (P₁)

[...]eu tô começando a pensar, né, me visualizar fora da universidade, fora desses horários, né, que a gente tem que cumprir... Como é que seria, assim, acordar um dia e eu não ter que, realmente, me aprontar pra vim pra dar uma aula de tal hora, né, um, uma supervisão de estágio de tal hora, tal hora, como é que é isso, né? Sair dessa, desse

condicionamento já a tanto tempo porque são 8 anos aqui nessa instituição, mas são 28 anos [...](P₂)

[...] antes eu não queria... a minha ideia de se aposentar era um terror, hoje, eu já estou trabalhando... tenho que me aposentar, não vou ficar minha vida toda na universidade... então assim... eu to tentando trabalhar[...](P₃)

Para compreender o porquê da dificuldade de se desvencilhar da vida universitária é preciso entender que “[...] o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, 1979, p. 215). Essa afirmação coloca homens e mulheres como dependentes do trabalho, atividade que permeia a vida dos adultos sendo-lhes fonte de renda como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Para Marx (1989) o trabalho é uma atividade em que se deposita toda energia mental e física com a finalidade de produzir um bem ou serviço, ressaltando este último como o produto do docente.

Consoante as ideias de Cynkin & Mazur (1990) as atividades as quais nos propomos a fazer são determinadas socioculturalmente, assim como o trabalho, e, portanto, embora achemos ter liberdade, nossas escolhas são sutilmente influenciadas pela sociedade a qual vivemos em consideração ao que nós fazemos, como fazemos, quando fazemos, por quanto tempo e com quem fazemos.

Sacristán (1995) elucida a ideia de que o professorado requer uma dedicação institucional tão focada no sistema de ensino que se torna comum que os professores se despersonalizem enquanto um ser de necessidades próprias para arcar com todas as exigências do posto de trabalho do professor e suas necessárias especializações para trazer o que há de mais novo para o corpo discente e departamento ao qual presta serviço.

O currículo dos professores requer um saber cada vez mais técnico e pormenorizado, intensificando o trabalho e promovendo uma sobrecarga de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e até mesmo a gestão. Esses professores possuem uma falsa autonomia, vivendo dentro de regras que definem e delimitam as possibilidades do seu fazer dentro do seu posto de trabalho. Esses locais são profissionalmente organizados de uma tal forma que recrutam os trabalhadores mais adaptáveis a tal sistema reduzindo os professores a meros técnicos de um fazer. (SACRISTÁN, 1995).

Essa grande demanda da profissão a qual os professores se dedicaram anos de empenho amedronta a decisão da aposentadoria, sendo esta sempre adiada, ora por receio de deixar todas as conquistas profissionais para trás, ora por achar que não há mais nada que se possa fazer fora da universidade, assim como um sentimento de incompletude.

Há professores que não possuem perspectiva de se aposentar em curto prazo, querem desfrutar mais da docência e entendem que ainda não chegou o tempo para eles.

a lei diz que aos 75 eu terei que sair pela compulsória mas eu não, eu não gostaria de fazer isso aos 75 anos, eu gostaria de ter um tempinho pra ficar um pouco mais[...] isso tudo tem sido uma grande incógnita[...](P₅)

É... eu já tenho tempo de me aposentar... porque tem o tempo de que tinha de universidade e que eu tinha de Estado, e já tô com tempo de me aposentar, só que optei por não fazer agora, certo?... Até... quando aguentar.. (P₁₁)

[...]eu não penso em me aposentar, eu penso que ainda tenho talvez uns dez anos aqui, mas é um direito de todo trabalhador e eu penso que quando eu me aposentar eu estarei aposentada do trabalho e não da vida (risos).como eu nunca fiz cálculos e não penso, então eu não tenho ideia, mas eu não me imagino aqui talvez com mais de setenta trabalhando. (P₇)

Uma das categorias anteriormente citada por Cynkin & Mazur (1990) é a quantidade de tempo apropriada para uma determinada atividade. Espera-se que os adultos perpassem pelo trabalho durante a faixa etária produtiva que de acordo com Brasil (2013) está entre 15 aos 64 anos de idade. É devido, também, a essa perspectiva que os entrevistados se sentem ainda enquadrados do período produtivo e não expressam o interesse de uma aposentadoria em curto prazo.

Nem todos enxergam a aposentadoria como fase da vida, mas sim como o período de “não ter nada para fazer”, de improdutivo, de ser considerado “velho”, sem utilidade para o mercado de trabalho, não se sentem valorizados em ocupar este lugar. De acordo Rodrigues e Rauth (2006) a saída da atividade profissional requer um condicionamento físico e mental, pois para alguns significa uma exclusão do mundo produtivo e o início da inutilidade.

No entanto, há quem se sente satisfeito com o(s) cargo(s) que exerceu e que a aposentadoria não é enxergada com pesar, mas como um processo real.

Com 61 anos... já ta bom né... (risos) [...]minha opção foi ser professora da universidade... bem como a universidade academicamente galguei todas as ascensões acadêmicas, fui professora titular, ocupei vários cargos de relevância na instituição... e pra mim isso já completou... era isso que eu queria... que eu planejei e que portanto agora encerro minha vida acadêmica nesse patamar (P₁₀)

França e Soares (2009) abordam a existência teorias relacionadas à aposentadoria, sendo uma delas a Teoria da perspectiva do Curso de Vida, teoria esta que elucida que o comportamento de uma pessoa tem relação direta com a história de vida e o contexto em que o evento ocorre, sendo assim, o significado que a aposentadoria tem para cada pessoa depende de como ela vivenciou o processo do trabalho e como ela se sente diante disso tudo.

A partir da fala acima é possível compreender que este professor se sente realizado

através dos seus feitos, se sente completo, e, portanto, tranquilo para encarar a aposentadoria sem qualquer preocupação ou receio.

França e Soares (2009) se apropriam dos resultados de um dos pesquisadores para elencar os contextos na face micro e macro que estão envolvidos nessa teoria

[...] o contexto micro inclui as variáveis personalógicas, como saúde, riqueza financeira, capital humano e família, e as características psicológicas, como personalidade, atitudes e padrões de comportamento. Já o contexto macro traduz as políticas governamentais, as condições do mercado de trabalho bem como as estruturas e as normas da população. (FRANÇA e SOARES, 2009, p. 741).

Todos esses fatores do contexto micro e macro acima citados corroboram para como os professores se enxergarão diante da fase da aposentadoria tendo uma relação direta do lugar que o trabalho ocupa na vida dessas pessoas e o que eles desejam que ocupe o vazio que será deixado pelo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário reconhecer que o envelhecimento populacional trouxe um grande desafio econômico para o país, sendo assim, reconfigurar a previdência pública tem sido a estratégia utilizada pelo governo atual. Sendo assim, neste cenário a aposentadoria tem sido enxergada por muitos como um período de incerteza.

A Proposta da PEC nº 287/2016 vem alterando os planos dos trabalhadores, sobretudo, os professores que se sentem desafiados a tomar qualquer tipo de decisão diante da inconstância das decisões governamentais e ao mesmo tempo desencorajados de optar pela aposentadoria devido a perda salarial em consequência da transição da lei previdenciária. Sendo assim, a desvalorização do professor tem minado as opções de escolha deixando-o a mercê da opção de pedido de aposentadoria antes da aprovação da proposta ou a espera da totalização da contribuição de acordo com a nova Emenda Constitucional.

A partir dos resultados obtidos através desse estudo é possível compreender que o planejamento da aposentadoria é visualizado individualmente e de diversas formas. A construção da adaptação dessa nova fase está ligada a experiências, valores e motivações intrínsecas e extrínsecas ao indivíduo. Os fatores que impedem os professores de experenciar esse momento da aposentadoria precisam ser revistos e trabalhados para que ganhos sejam percebidos como mais gratificantes que as perdas

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa; Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. . Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998. **Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências**. Brasília – DF, 1998.

BRASIL . **AGÊNCIA IBGE. POPULAÇÃO BRASILEIRA DEVE CHEGAR AO MÁXIMO (228,4 mi) EM 2042**, 2013. Disponível em: <<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14462-asi-populacao-brasileira-deve-chegar-ao-maximo-2284-milhoes-em-2042.html>> Acessado em 03 de setembro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal**. Brasília – DF, 2015.

BRASIL. **PREVIDÊNCIA SOCIAL. PEC nº 287/2016 – PROPOSTA DA REFORMA DE PREVIDÊNCIA**, 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/2017-01-12-APRESENTA%C3%87%C3%83O-REFORMA-DA-PREVID%C3%8ANCIA.pdf>> Acessado em 03 de setembro de 2017.

CAMPOS, P.T.C. **MASETTO, Marcos Tarcísio. Competência Pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003. Conjectura, v. 16, n. 3, set./dez. 2011.

CYNKYN, S. & MAZUR, A.R. **Occupational Therapy and Activities Health: Toward Health Trough Activities** – cap. 3 – pp. 25-34 – first edition – 1990.

ENGELS, F. Humanização do Macaco pelo Trabalho (apêndice). In: ENGELS, F. **Dialética da Natureza**. Editora Paz & Terra. Rio de Janeiro, (3a ed.). pp. 215-228, 1979.

FRANÇA, L.H.F.P.; SOARES, DH.P. **Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida**. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, v.29, n.4, p. 738-751, 2009.

FERRARI, M.A.C. **Kielhofner e o modelo de ocupação humana**. Rev. Ter. Ocup., USP, v.4, n.2, p. 216-219, 1991.

GAZZANIGA, M.S. HEATHERTON, T.F. Motivação (Cap. 9). In: GAZZANIGA, M.S. HEATHERTON, T.F. **Ciência Psicológica – mente, cérebro e comportamento**. Porto Alegre: Artmed, p. 279-310, 2003.

KIELHORNER, G.; BURKE, J.P. IGI, C.H. **Um modelo de ocupação humana – parte 4: Avaliação e intervenção (modelo de tratamento, teoria)**. Rev. Ter. Ocup. USP, São Paulo, v. 2, n. 2/3, p. 127-144, 1991.

KIELHOFNER, G.; BARRET, L. Teorias Derivadas de Perspectivas do Comportamento Ocupacional: Uma visão Geral do Comportamento Ocupacional (Seção 1). In: NIESTADT,

M.E.; CREPEAU, E.B. **Terapia Ocupacional de Willard & Spackman**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 9ª ed., p. 488-490, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 13ª edição. Editora Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

NEVES, J.L. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem/1996.

PACHECO, J.L.; CARLOS, S.A. Relações do homem com o trabalho e processo de aposentadoria (Cap. 149). In: FREITAS, E.V. *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed., p. 1388-1393, 2006.

NETTO, M.P. O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos (Cap. 1). In: FREITAS, E.V. *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed., p. 2-12, 2006.

RODRIGUES, N.C.; RAUTH, J. Os Desafios do Envelhecimento no Brasil (Cap. 18). In: FREITAS, E.V. *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2ª ed., p. 186-192, 2006.

RODRÍGUEZ, M.R. **Algo más para el profesorado universitario: la formación como docente**. Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado, 34, p. 11-16, 1999.

SACRISTÁN, J.G. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1995, p. 63-92.

UCHÔA, E. **Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso**. Cadernos de Saúde Pública, 19(3), 849-853, 2003.

YERXA, E. *et al.* **An introduction to occupational Science: A foundation for occupational therapy in the 21 st century**. Occupational Therapy in Health Care, 6, p.1-17, 1990.